

O ESPÍRITO SANTO NA DITADURA VARGAS: educação e autoritarismo

Leonor Franco de Araújo

Professora do Departamento de história da UFES

O regime autoritário inaugurado por Vargas no Estado Novo, empreendeu estratégias didaticamente elaboradas para a fortificação e legitimação da Ditadura, utilizando duas arenas privilegiadas para atingir não só as classes dominantes, mas a população de maneira geral. A propaganda, que teria seu auge na política mundial a partir da Guerra Fria, foi utilizada amplamente pelo governo Vargas com a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda, o DIP; e o segundo espaço, que será alvo de nossa exposição, utilizou o sistema educacional, através da criação do Ministério da Educação, com amplo sucesso para difundir os ideais Getulistas.

A política educacional, até 1937, foi balizada e discutida dentro de quatro projetos pedagógicos distintos, que, segundo Paulo Ghiraldelli, no seu *História da Educação* (1991), se definem como: *A Pedagogia Nova*, que pensava a educação como base de um país urbano e industrial, inspirada principalmente no norte-americano Dewey, e que traduziu seus principais objetivos no famoso Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932), com representantes como Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira, Atilio Vivacqua, entre outros; *a Pedagogia Tradicional*, que possuía uma forte representação política através das Ligas Eleitorais Católicas, a LEC, que exerceram enorme pressão sobre os Constituintes de 1934, na preservação do ensino religioso e da tradição do ensino de elite; *a Democratização do Ensino*, que trazia sua política educacional inspirada nos Movimentos Operários da Primeira República liderados pelo PCB, e agora bancado pela Aliança Nacional Libertadora, que pretendia uma ampliação do ensino público em bases democráticas e não elitistas; e o *Projeto do Governo*, que, liderado por Francisco Campos, à frente do recém-criado Ministério da Educação e Saúde Pública, refletia com excelência a política populista de Getúlio, pois ao mesmo tempo que transitava entre liberais e católicos, executava diretrizes próprias, afastadas dos princípios democráticos, como

ficou caracterizado na Reforma do Ensino em nível federal, que, com seu caráter elitista, não atacou nem privilegiou os problemas do ensino popular.

A Carta de 1934 teve como principais diretrizes educacionais a frequência obrigatória e a gratuidade do ensino primário, sem se preocupar com garantias de qualidade desse ensino. Ela apontava para a gratuidade no ensino secundário e superior, mas sem qualquer compromisso com estes. A dotação orçamentária era significativa: 10% da renda da União e dos Municípios, e 20% dos Estados e Distrito Federal, dando realce ao Ministério da Educação e sua importância na manutenção do regime autoritário.

A participação dos diversos segmentos lhes permitiu nichos de atuação. Assim, a LEC garantiu o reconhecimento da rede privada e da participação da família no processo educativo, principalmente através do ensino religioso; a Associação Brasileira de Educação, a ABE, veio com um projeto mais conservador, mas mais consistente que o Manifesto, e garantiu uma previsão mínima para o funcionamento da Rede Pública de Ensino, que se voltou para os ideais burgueses de modernização e urbanização do Estado; o PCB e a ALN atuaram nas cruzadas de alfabetização do nordeste e na educação popular, mas sem fazer frente ao projeto governamental. O Plano Nacional de Educação, previsto na Carta de 1934 e elaborado em 1937, antes do golpe, pelo Conselho Nacional de Educação, assim como os debates educacionais travados até então, foram abafados e uma nova política foi esboçada e realizada pelo Estado Novo.

Na constituição de 1937, o então Ministro da Educação Francisco Campos se colocou à vontade para realizar os objetivos governamentais para a educação, os quais se traduziam num papel extremamente autoritário, centralizador e vigilante, se eximindo da manutenção e expansão do ensino público. Assim, caiu a obrigatoriedade da destinação de recursos públicos para a educação e não havia exigência de concursos públicos para o magistério da rede oficial.

Essa política consolidou o dualismo histórico da política educacional brasileira, em que os ricos, nas escolas particulares, garantiam qualidade e acesso ao ensino superior, enquanto que pobres permaneciam na rede pública profissionalizante, como bem retrata a citação de Marinete Silva, em *A Educação Brasileira no Estado Novo*, pg. 21:

O ensino pré-vocacional e profissional passaram a ser considerados como o primeiro dever educacional do Estado que, por sua vez, ficava incumbido de fundar escolas de ensino profissional

Por outro lado, as indústrias e os sindicatos deveriam criar, na esfera de sua especialidade, escolas de aprendizagem destinadas aos filhos dos seus operários ou associados. Ao Estado, cabia também o dever de fundar instituições e dar auxílio às fundadas por entidades civis, tendo ambas como objetivo organizar períodos de trabalho no campo ou nas fábricas para os adolescentes, assim como promover o seu adestramento moral e físico.

Essa política vinha ao encontro dos anseios dos setores conservadores e burgueses, pois promoveu a exaltação da pátria, fez críticas ao liberalismo, era anticomunista e valorizava o ensino profissionalizante e adestrador, que produzia para o Capitalismo o trabalhador perfeito, processo que se pretendia expandir com a maior rapidez possível.

A Reforma Capanema, ou as chamadas Leis Orgânicas do Ensino, decretadas entre 1942 a 1946, concretizaram esses ideais, e instituições como o SENAC, SENAI, Inst. Nacional de Estudos Pedagógicos, IPHAN e Inst. Nacional do Livro, deram vida a essas idéias, sem falar da criação da disciplina Moral e Cívica, que, juntando e desvirtuando as Ciências Históricas e Geográficas, resultou num ensino capenga que se pretendia capaz de formar jovens patriotas.

No Espírito Santo, o quadro não era diferente do panorama nacional, já que os interventores seguiam regimento os comandos do Governo Federal. Aqui a Interventoria de João Punaro Bley foi uma das mais longas do regime Getulista, durando mais de 12 anos, o que garantiu a tranqüila execução das diretrizes do Estado Novo, devido à fidelidade do nosso Interventor.

O Interventor Bley entendia a importância da educação na configuração do Estado Nacional, e mesmo algumas vezes ampliando modestamente a participação política de outras classes sociais, Bley teve como uma das suas prioridades o aumento da rede pública e o crescimento da capacidade de atendimento escolar em todo o estado, o que servia para o enfraquecimento das elites locais através do controle de professores e diretores das escolas.

A melhoria do ensino no estado passou pela criação de novas escolas em nível primário e secundário, e a inauguração do Ensino Superior com as Faculdades isoladas de Direito, Farmácia e Odontologia, ainda em 1930.

Em 1930 foi baixado o Decreto nº 277, que balizava as providências iniciais que deveriam ser tomadas em nível educacional. Como ressalta Barreto, em Políticas Educacionais no Estado do Espírito Santo, pg. 74, o Decreto,

... segundo o Interventor, tinha um “caráter moralizador”, inspirado pelo desejo de entregar o ensino de primeiras letras a professores “capazes”, afastando os que tinham conseguido ingressar no magistério em “concursos apressados”. Além disso, foi feita a classificação dos professores por ordem de antiguidade, dando-lhes os vencimentos proporcionais ao tempo de serviço. Também foram criados o Departamento de Educação Física e o Serviço de Inspeção Médica e Educação Sanitária.

Ainda foram estabelecidos o Serviço de Educação pelo Rádio e Cinema, inaugurada a Escola Prática de Agricultura de Santa Tereza, e incentivado o escotismo e bandeirantismo.

O Espírito Santo foi o segundo estado da federação a nacionalizar as escolas que lecionavam em idioma estrangeiro, em 14 de abril de 1938, merecendo elogios do INEP, à época, devido à rapidez e eficiência na “nacionalização”. Bley aproveitou-se do momento e fechou escolas que nada tinham a ver com a nacionalização, mas que não estavam em consonância com os ditames do Interventor, em Vitória, Serra, Fundão, Guarapari e Cachoeiro de Itapemirim. Segundo o INEP foram fechadas 11 escolas e abertas 45, nesse período.

O Secretário de Educação e Saúde, Fernando Duarte Rabelo, foi exímio em aplicar as orientações educacionais do governo federal no estado, através de uma fiscalização organizada, eficiente, que contava com fiscais divididos pelas 10 regiões estabelecidas pela Secretaria de Educação.

Grande parte da História da Educação no Espírito Santo, principalmente dos anos 30, 40, 50 e 60, foi perdida no incêndio que destruiu o acervo documental da Secretaria da Educação, por isso a dificuldade de informações sobre o período, que buscaremos resgatar na continuidade dos estudos através da História Oral, principalmente no que diz respeito à influência e atuação do educador capixaba Atílio Vivacqua, um dos principais articuladores e propagadores da Escola Nova, ou Pedagogia Nova.

• • •

BIBLIOGRAFIA

BARRETO, Sonia Maria da Costa. *Políticas Educacionais no Estado do Espírito Santo. 1900-1930: um olhar histórico*. Vitória: EDUFES, 1999.

COUTINHO, José Maria. *Uma História da Educação no Espírito Santo*. Vitória: DEC, 1993.

FREITAG, Bárbara. *Escola, estado e sociedade*. 4. ed. São Paulo: Moraes, 1980.

GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. *História da Educação*. São Paulo: Cortez, 1991.

GUALBERTO, João. *A Invenção do Coronel*. Vitória: UFES, 1995.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira . *História da Educação no Brasil*. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 1993.

SILVA, Marinete dos Santos. *A Educação Brasileira no Estado Novo*. São Paulo: Editorial Livramento, 1980.